

Comissão Parlamentar de Economia, Inovação e Obras Públicas

Assembleia da República - 8 Jan. 2019

Jorge Pisco

Presidente da Direção

Senhor Vice-Presidente e Senhores Deputados da Comissão Parlamentar de Economia, Inovação e Obras Públicas

Começo por agradecer a vossa disponibilidade para esta reunião, não deixando no entanto de sublinhar que esta foi solicitada ao senhor Presidente da Comissão a 29 de Março e reiterado o pedido a 21 de Junho.

O objectivo principal do nosso pedido, foi e é, trazer ao vosso conhecimento as preocupações e propostas dos Micro, Pequenos e Médios Empresários, numa perspectiva de a Assembleia da República poder vir a legislar, para que possamos ter uma economia sustentável e dinâmica, favorável à sobrevivência das Micro e Pequenas Empresas, que têm um papel fundamental na economia nacional e, a sua actividade é dominante na criação do emprego privado.

Aprovado que foi o Orçamento de Estado para 2019, a CPPME, embora considere insuficientes as medidas aprovadas, de forma a repor justiça para com os Micro, pequenos e médios empresários, assinalou e congratulou-se por este contemplar algumas das nossas reclamações, designadamente:

- O fim do Pagamento Especial por Conta (PEC), com dispensa de declaração. Com esta decisão termina uma luta de 20 anos, pela extinção de um imposto cego e injusto, um método indiciário a todos os títulos reprovável;



CPPME

Confederação Portuguesa das Micro,
Pequenas e Médias Empresas

- A eliminação da coleta mínima no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) simplificado, contra o qual, que tenhamos conhecimento, só a CPPME reclamou e esperamos a versão final este semestre;
- O reconhecimento do “Justo Impedimento” para os micro, pequenos e médios empresários Contabilistas Certificados (CC), abrangendo mais de 70 mil CC;
- Eliminação do aumento de tributação autónoma sobre viaturas de empresários em nome individual;
- Eliminação do agravamento de tributação autónoma sobre viaturas de micro, pequenas e médias empresas;
- Alargamento do prazo de entrega do modelo 10 em sede de IRS para 10 de fevereiro;
- A notificação por parte da Autoridade Tributária aos contribuintes que passa a ser possível através do Portal das Finanças, quando até agora existia a obrigação de as empresas aderirem ao Via CTT.

O atual governo, sustentado numa maioria parlamentar que tem manifestado preocupações especiais com as MPME, constantes dos acordos entre os vários partidos, incluiu no seu Programa várias medidas de apoio às MPME, entre as quais, a facilitação de recurso a financiamentos, o reforço da gestão, a criação de estímulos fiscais e o apoio à internacionalização e inovação.

O que se tem verificado é que muitas das medidas por nós defendidas e que entendemos serem fundamentais para a atividade das MPME, continuam ainda sem resposta, como sejam:

- Descida das taxas de IVA da eletricidade e do gás para 6%,
- Revogação do regime de arrendamento urbano, e criação de regime específico para o arrendamento não habitacional,



CPPME

Confederação Portuguesa das Micro,
Pequenas e Médias Empresas

- Firme defesa da produção nacional e do consumo de produtos locais,
- Proibição de práticas bancárias abusivas,
- Criação de Juros e Spread a valores consonantes com a economia nacional,
- Defesa e o apoio ao sector dos táxis,
- Revisão do preço do gasóleo profissional, e o seu alargamento a setores económicos onde uma grande percentagem dos custos operacionais são custo de transportes – Ex: nas empresas de reboque chega aos 50%,
- Alteração do regime de cobranças de portagens,
- Redução do IVA da Restauração nas bebidas,
- Aplicação do IVA de Caixa,
- Redução do IVA de 23 para 21%,
- Redução do IVA nas carrinhas de caixa aberta,
- IMI – Valor metro quadrado no Imobiliário não Habitacional (VTP),
- Taxa Turística,
- Fundo de compensação (como saber das suas aplicações),
- Criação de uma conta corrente entre o Estado e as Empresas - que recorde, foi uma promessa feita pelo secretário-geral do PS, António Costa em carta dirigida aos empresários na campanha eleitoral,
- A necessidade de uma Reforma Fiscal, é um imperativo inadiável. É urgente a compilação de legislação dispersa. Não basta propalar o SIMPLEX, quando depois continuamos a não ter informação ojectiva.

Tal como defendemos, o governo devia ter tido como uma das prioridades para o “Portugal 2020”, os apoios às MPME, o que se veio a verificar, foi novamente, a concentração dos apoios em empresas de maior dimensão.



Confederação Portuguesa das Micro,
Pequenas e Médias Empresas

Nos Quadros Comunitários anteriores e, no que está a decorrer “Portugal 2020”, as Micro e Pequenas empresas são praticamente arredadas do acesso aos Fundos Comunitários.

Em reunião com os senhores Ministro e Secretário de Estado da Economia, a 22 de Abril de 2016, alertámos para o facto de ser necessário junto da Comissão Europeia, a revisão de critérios.

Na ocasião, o que nos foi dito, é que tal já era possível no actual quadro e que o Governo iria ter em conta na discussão do próximo quadro. Porém o que se veio a verificar foi o contrário. Ouve renegociação e reprogramação sim, mas na verdade a continuar a não ter em conta as Micro e Pequenas Empresas.

Há semelhança da Audição Pública realizada em Leiria a 24 julho 2018, pela 17ª Comissão, decorreu hoje na Assembleia da República uma Conferência dedicada ao tema “Inovação e Conhecimento” promovida no âmbito da definição do novo quadro financeiro e plurianual da “Estratégia Portugal 2030”. Esperamos, tal como em Leiria tive oportunidade de alertar “...importa que seja feito um rigoroso balanço da execução do Portugal 2020, para que a realidade seja efectivamente conhecida.

As opções para a “Estratégia Portugal 2030» só poderão fazer sentido se partirem da realidade nacional, sem subterfúgios nem manipulações.

Nas «Opções para 2030» devem constar propostas sérias e objectivas. Propostas, que resolvam os graves problemas e estrangulamentos existentes. Propostas, direccionadas fundamentalmente para o sistema produtivo nacional, que promovam políticas que garantam a sustentabilidade das Micro, Pequenas e Médias empresas, de forma a garantir a criação de empregos, com direitos e a dinamização da economia nacional.

Os novos desafios de Desenvolvimento Regional e Ordenamento do Território



CPPME

Confederação Portuguesa das Micro,
Pequenas e Médias Empresas

exigem propostas articuladas e sustentáveis, que aproveitem os recursos disponíveis e garantam os valores sociais, culturais e ambientais. Com medidas que contribuam para a sustentabilidade de muitas das MPME já existentes, que criarão certamente trabalho e riqueza, evitando mais desemprego, mais emigração forçada e situações de extrema pobreza.

Senhor Presidente, senhores Deputados.

O Desenvolvimento Económico e a dinamização do Mercado Interno Nacional passa sobretudo pelo apoio aos Micro e Pequenos Empresários.

As MPME, estão enraizadas, quer nas áreas urbanas, quer nas rurais. É necessário começar por defender esse enraizamento, essa presença, travando a sua periferização, e pior a sua extinção.

- É preciso dinamizar o fluxo rural/urbano, a partir da presença da produção rural nos centros urbanos, com uma presença de proximidade.
- É decisiva a abordagem da gestão e ordenamento do território no tocante às unidades económicas, Ordenamento comercial, travando (no que ainda é possível) a total monopolização pela Grande Dimensão.
- A questão do arrendamento comercial - questão crucial - para a sua sobrevivência
- travar de imediato os despejos, com uma nova lei específica para este arrendamento, que não deve estar misturado com o habitacional.
- É necessária a revitalização e modernização do sector do táxi enquanto parte integrante do sector público dos transportes de passageiros, tendo em conta os temas e posições já apresentados pelo sector.
- Não é possível continuar com situações gravosas como de empresas têxteis, subcontratadas sobretudo no Norte, onde á "dezenas" de unidades em situação iminente de encerrar, caso o Governo não tome medidas para salvar este sector.



CPPME

Confederação Portuguesa das Micro,
Pequenas e Médias Empresas

Temos conhecimento de que, mais de uma dezena de empresas já fechou mesmo portas em concelhos como Fafe, Guimarães e Vizela, todos no distrito de Braga. O sector da confecção de vestuário tem sido o mais fustigado, fruto da sua "profunda dependência económica" de grupos multinacionais. Em causa estão, essencialmente, pequenas empresas que trabalham em regimes de subcontratação, "sem qualquer regulamentação ou normas" que as protejam das "arbitrariedades" dos contratantes, "os grupos multinacionais, cuja quebra de encomendas vem provocar sérias dificuldades e ameaças a este sector".

- Não é compreensível, manter em atraso o pagamento dos cheques dos Livros escolares às livrarias. Urge proteger os pequenos livreiros, contra o monopólio grandes grupos editores.

- Urge no setor automóvel tratar o abuso de dependência económica por parte de companhia de seguros, face às oficinas de reparação e reboque, devendo estas ultimas ter apoio ao gasóleo profissional.

É neste sentido que a *CPPME*, continuará junto da Assembleia da República e do Governo a reclamar a concretização das restantes medidas propostas nas "20 MEDIDAS para uma Economia Sustentável e Dinâmica".

Alguns dos temas por mim aqui abordados, constam dos documentos que entregamos ao Senhor vice-Presidente, solicitando que as possa mandar reproduzir e fazer chegar a cada um dos grupos Parlamentares, para um melhor conhecimento.

Muito Obrigado